

Justiça vê 'má fé' do DNIT e suspende concessão da BR-163

Força total contra as queimadas

As queimadas nas zonas rurais de Mato Grosso estão proibidas desde o dia 1º de junho até 30 de outubro, por determinação do governador Mauro Mendes (DEM). Assim, está proibido qualquer atividade de limpeza de pastagem com o uso do fogo. Na zona urbana, as queimadas são proibidas o ano todo. Em cinco meses, o Estado já registrou mais de 2 mil focos de calor. Após decreto de emergência ambiental, atividades de prevenção tiveram início já em maio e devem prosseguir até novembro

PÁG. 6

Christiano Antonucci - Secom-MT



Christiano Antonucci/Secom-MT

A juíza federal Maria Carolina Valente do Carmo, da Vara Federal Cível e Criminal de Altamira, no Pará, concedeu uma liminar para suspender o processo de concessão da BR-163, entre Cuiabá e Santarém (PA). O leilão estava marcado para ocorrer na próxima quinta-feira (8), na bolsa de valores de São Paulo. Ao analisar as ações tomadas pelos órgãos envolvidos, a juíza constatou "uma intenção manifesta do Dnit em descumprir a determinação judicial à míngua de qualquer outra decisão que o exima da obrigação". Para ela, o plano de trabalho encaminhado à Funai está em evidente descompasso com a ordem judicial

PÁG. 3

Apps geram 'frutos' para o agro

Com a pandemia da covid-19, a adoção de plataformas e ferramentas digitais nas fazendas expandiu. Aplicativos como WhatsApp, Facebook, Instagram e outros se tornaram os principais canais de comunicação com colaboradores, fornecedores e clientes. O uso desses espaços digitais ampliou significativamente no ano passado e segue neste ano. O WhatsApp, por exemplo, passou a ser o principal canal de comunicação com 38% de adesão. Além disso, os funcionários das fazendas só estão aceitando ficar nas sedes se o local tiver internet

PÁG. 8



Freepik

"Filhos de deputados estão na particular"

O governador Mauro Mendes (DEM) afirmou que os deputados estão atrapalhando a educação pública em Mato Grosso com a derrubada do veto do governo ao projeto de lei que condicionava o retorno das aulas presenciais à imunização completa dos profissionais da Educação. O governo planejava retomar as atividades presenciais, na modalidade híbrida, a partir do mês de agosto. Com a derrubada do veto, o retorno deve ser adiado outra vez

PÁG. 5

Famílias estão mais endividadadas

Nova pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aponta que a cada dez famílias brasileiras, sete estavam endividadadas no mês de junho. O cartão de crédito segue como principal tipo de dívida, apontado em 81,8% da amostra da pesquisa. O percentual de famílias endividadadas chegou a 69,7%, do total. Depois do cartão de crédito, a renda da população está destinada ao pagamento de dívidas acumuladas em cheque especial, carnês de lojas, prestações de carro e casa

PÁG. 8

Freepik

Governo não vai recorrer de decisão da AL sobre isenção da energia solar

PÁG. 4

Ilustração/Secom-CE



"Último ano de estudo foi todo perdido"

O relato de Maria Vitória de Almeida Silva, estudante da rede pública estadual, traduz o sentimento de vários outros alunos do país. Uma pesquisa feita pelo Instituto Unibanco, em parceria com o Inspere, aponta que os estudantes do ensino médio aprenderam apenas 25% do que era esperado para o ciclo da segunda série durante o ano passado. Com a pandemia, a dificuldade do aluno em estudar remotamente, por falta de estruturas básicas, como acesso à energia ou um computador com internet, aprofunda antigas desigualdades

PÁG. 6



EDITORIAL

Deixando a UTI

Mato Grosso avança a passos largos na recuperação da crise econômica trazida pela pandemia de covid-19. Não que a crise tenha sido tão grave por estas paragens, como foi no restante do Brasil, mas a economia mato-grossense tem demonstrado um fôlego invejável nessa trajetória de retomada, que se reafirma com cada nova divulgação dos dados econômicos. O mais recente é a criação de mais de 7,2 mil vagas de emprego formais durante o mês de maio, segundo os dados do Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados (Caged), divulgado pelo Ministério da Economia.

Ponto surpreendente dos resultados do Caged é o posicionamento do setor de serviços no ranking de geração de empregos. Foram 2.373 vagas criadas por este segmento. O setor de serviços tem sido o último a se recuperar dos impactos da pandemia, devido às características do trabalho exercido neste grupo. Afinal, não tem como alguém cortar o cabelo virtualmente. Por questões como essa, o setor de serviços foi também o

que mais sentiu os efeitos da crise, acumulando um tombo recorde de 7,8% ao longo de 2020.

O comércio também surpreendeu positivamente no balanço do Caged para maio, aparecendo em segundo lugar, com saldo positivo de 2.157 vagas de emprego. Em seguida surgem o setor de construção com 1.127 vagas, a indústria com 1.087 vagas, e a agropecuária com 353 vagas.

Com um total de 37.853 novos postos de trabalho, o ano de 2021 já está sendo muito melhor do que o anterior. O saldo do mercado de trabalho até o quinto mês deste ano já é mais que o dobro do total de empregos

criados durante todo o ano de 2020, quando a pandemia nos atingiu com força, levando ao fechamento de milhares de vagas. O levantamento mostra que foram criadas 18.832 vagas de trabalho em 2020.

Os números mostram que Mato Grosso é um dos poucos estados que avança rapidamente em direção à recuperação econômica. É o resultado de uma economia pouco sensível às turbulências do mercado nacional, que aproveitou o boom das commodities para lucrar alto com seu carro-chefe: o agronegócio.

Os dados são animadores, mas não dão aval para descansar. Ainda há



um longo caminho para a completa recuperação do crescimento econômico, que pode ser afetado pelo descontrole da pandemia de covid-19. Enquanto não tivermos vacinado a ampla maioria da população, estaremos suscetíveis a novas ondas de contágio e seus efeitos brutais sobre a economia. Comemoramos com cautela.

MP do Ambiente de Negócios

Junior Macagnam (*)

Após atravessarmos um dos piores momentos da história econômica do país na última década e sofrer os reflexos de um longo período de restrições causadas pela pandemia da Covid-19, uma luz no fim do túnel começa aparecer, ainda que de forma tímida.

Isso graças à aprovação da Medida Provisória (MP) 1040, uma reforma microeconômica importante, pela Câmara dos Deputados, que pretende melhorar o ambiente de negócios no Brasil, dando mais celeridade a processos e desburocratizando a abertura de novas empresas.

Elaborada com intuito de ajudar na retomada da economia, a MP conta com a garantia de medidas que vão facilitar a abertura de novas empresas, sem as amarras burocráticas, com mais segurança jurídica e facilidades com o comércio exterior.

Isso possibilita e encoraja para que mais pessoas que trabalham na informalidade formalizem seus negócios, além de facilitar a contratação de colaboradores, gerando mais empregos e renda para a população.

Entre as mudanças destaco a do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), que substituirá todos os demais cadastros de empresas,

incluindo a Inscrição Municipal (IM) e Inscrição Estadual (IE).

Desta forma, será possível abrir uma empresa em minutos de forma online e já ter toda documentação e ferramenta para emitir notas, fazer negócios e contratar colaboradores.

Além disso, a MP aplicará classificação nacional de risco naqueles estados que não tiverem classificação própria, e determinará que, em atividades de médio risco, os alvarás de funcionamento e licenças sejam emitidos automaticamente, desde que com termo de ciência e responsabilidade.

A obtenção de alvará e licença automáticos para a abertura de estabelecimentos já ocorre desde junho do ano passado com os estabelecimentos de baixo risco. Juntos, estes dois grupos representam 90% das empresas registradas.

A MP, também conhecida como MP do Ambiente de Negócios, permitirá que sociedades simples possam ser abertas nas juntas comerciais ao invés de cartórios. Em São Paulo, por exemplo, esse registro é gratuito na Junta Comercial e deve ser estendido para outros estados, já nos cartórios os valores são cobrados de acordo com a quantidade de páginas utilizadas.

Para profissionais liberais a boa notícia é que quanto à cobrança pelos conselhos profissionais, a MP elimina a possibilidade de suspensão do direito do exercício profissional em caso de dívida com valor inferior a quatro anuidades.

Assim como existe a desobrigação que empresas e empresários paguem a anuidade a seus sindicatos representantes, mais liberdade para que as pessoas possam trabalhar e escolher aquilo que acredita ser melhor para sua atividade.

A expectativa do mercado com a nova legislação é fazer com que o país suba ao menos 20 posições no ranking Doing Business, do Banco Mundial.

Hoje, o Brasil ocupa a 124ª posição entre 190 países. O Doing Business mede, analisa e compara as regulamentações aplicáveis às empresas e o seu cumprimento em 190 economias, o que demonstra o índice de facilidade de fazer negócios em uma determinada região.

Ações como essa prometem tornar o Brasil um país mais competitivo, com um ambiente de negócio melhor, o que pode atrair novos investimentos. Nesse aspecto, o Brasil está muito atrasado em comparação com países desen-

volvidos com alta carga tributária, burocracia, dificuldade regulatória, em complexidade para se apurar impostos e tantos outros problemas.

A MP promete um ambiente de negócios menos burocrático, mais leve, mais amigoso ao empreendedor, o que pode tornar o país mais atrativo para investidores internacionais. Que o Senado faça a sua parte e não introduza jabutis nesta medida como vimos recentemente na privatização da Eletrobrás.

Por se falar em reforma tributária, este é outro importante tema que pode ajudar a atrair investimentos internos e externos.

A complexidade do atual sistema tributário brasileiro afasta investidores e atrasa a vida de quem empreende, produz e emprega no país, isso gerará maior segurança jurídica, e possibilitará que aqueles que desconhecem nosso complexo sistema tributário, tomem decisões de investimento embasadas em uma legislação clara, objetiva e segura.

JUNIOR MACAGNAM é empreendedor, presidente do Sincalco e vice-presidente institucional da CDL Cuiabá.



Concessões mal administradas

Wellington Fagundes (*)

O imbróglio que se transformou a concessão da BR-163, cuja duplicação, obras e serviços previstos no cronograma estão longe de serem cumpridos para o desespero dos que pagam pedágio, faz parte de um emaranhado de situações que envolvem a legislação brasileira, no caso, a Lei 8.987/1995, e da lei de parcerias público-privadas, a 11.079/2004.

Essas leis preveem inúmeras possibilidades de "cura" de uma concessão mal administrada. Ambas trazem a possibilidade de transferência temporária do ativo aos financiadores e garantidores, a possibilidade de intervenção e mesmo a sua extinção por caducidade.

Recentemente, em 2017, foi editada ainda a Lei 13.448 que previu a possibilidade de relicitação das concessões, que instituiu verdadeira espécie de devolução amigável entre a concessionária e o poder concedente, evitando-se processos de caducidade.

Apesar de se tratar quase um esporte nacional as críticas relacionadas à insegurança jurídica brasileira, a possíveis excessos das

agências reguladoras sobre as concessionárias e à falta de flexibilidade do Governo na negociação com aquelas, a verdade é que há extrema dificuldade para o poder concedente retomar concessões, mesmo com falhas comprovadas das empresas que as administram.

Nos casos em que as concessionárias de serviços públicos falham em realizar os investimentos previstos ou prestam nível de serviço aquém do pactuado e esperado pelos usuários, tem sido observado como roteiro no país um acúmulo de multas regulatórias em razão dos descumprimentos contratuais. São, em quase todos os casos, dívidas impagáveis com financiadores e desafios imensos ao Poder Público para manter a prestação dos serviços enquanto se organiza uma nova licitação para a escolha de novo operador.

Nesses casos, não se observa interesse dos financiadores em assumir as concessões e se afigura muito difícil encontrar agentes privados interessados em assumir o controle dos ativos, pois os operadores, em geral, não buscam o poder concedente em estágio inicial dos problemas, mas somente quando já há elevado acúmulo de passivos.

Esses são justamente os casos em que se demanda flexibilidade do poder concedente na negociação contratual, celeridade e redução de passivos, sempre em benefício dos concessionários que falharam e raramente em favor dos usuários.

Esse é, por exemplo, o caso da [Via Bahia] e da Companhia Rota do Oeste, concessões da terceira rodada que frustraram seus contratos e cujas controladoras seguem cobrando tarifas dos usuários, mesmo com nível de serviço irregular e sem os investimentos previstos.

No caso da Rota do Oeste, a companhia tenta há quatro anos vender o controle da concessão e negocia há cerca de dois anos um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), buscando evitar a decretação da caducidade.

Paira, no entanto, dúvidas da real intenção da controladora, a Odebrecht, de ceder tal controle, uma vez que a geração de caixa anual da companhia ultrapassa os R\$ 400 milhões.

Enquanto a controladora busca a venda, negocia um TAC com a ANTT, justifica a

necessidade de mais tempo, segue cobrando pedágios em detrimento da população do Mato Grosso.

Esse é apenas um exemplo do conflito de interesses que traz como consequência a extrema dificuldade do poder concedente resolver rapidamente problemas relacionados às concessões e da vulnerabilidade dos usuários quando a escolha do concessionário, por qualquer razão, não é exitosa.

Feito esses esclarecimentos, importante ressaltar que a Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura (Frenlogi) tem atuado de maneira permanente na busca de uma solução que possa dar a BR-163, como de resto das concessões, as condições adequadas e necessárias para que cumpra sua finalidade, a de ser o grande corredor de desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso.

WELLINGTON FAGUNDES é senador por Mato Grosso e presidente da Frenlogi



Em defesa das mulheres

Maria Avalone (*)

O vereador é o agente público que está mais próximo do cidadão. Seu trabalho pode fazer toda a diferença com decisões sobre o orçamento municipal e a formulação de políticas públicas para a saúde e a educação, por exemplo. As decisões da Câmara afetam diretamente a vida de todos que vivem e trabalham no município, onde a vida de fato acontece.

Eu sou muito grata a esta Capital onde me criei, estudei e constituí família. Quero

retribuir com muito trabalho os 1.307 votos recebidos em 2020. Boa parte certamente veio das mulheres cuiabanas, a quem dedicarei prioritariamente o meu mandato. Também espero que minha presença na Câmara seja um estímulo a outras mulheres e continuarei lutando pela igualdade entre mulheres e homens na política, traduzindo a realidade da distribuição da população.

Ao longo das últimas décadas, tenho procurado vivenciar a política, estudar e me preparar. Comecei como assessora informal da

carreira do meu esposo Carlos, contribuindo com um olhar feminino em suas ações. Depois tive a honra de dirigir a Casa do Artesão no governo Dante, cuiabano ilustre e grande amigo. Ali, ao lado de Thelma de Oliveira, pude trabalhar pelo artesanato e pela valorização da cultura e do turismo, aproveitando minha formação como turismóloga.

Mas apesar da vivência na política, nunca imaginei que seria vereadora. Sou uma mulher simples e nunca tive esta pretensão, além do desejo de contribuir com meu partido. Eleita para conduzir PSDB Mulher/MT, me capacitei melhor quanto às responsabilidades da vida pública e as formas de aumentar o percentual de mulheres na política.

Mas foi através do trabalho pelos carentes em meu bairro, o Araés, que vislumbrei novas possibilidades. Eleita vice-presidente da Associação de Moradores, conheci de perto a realidade de mulheres em vulnerabilidade. Encontrei guerreiras, mães de família abandonadas pelos companheiros, sustentando a casa e os filhos. Minha admiração cresceu ainda mais, e senti que poderia ajudar a efetivar políticas públicas para estas mulheres valorosas.

Por isso meu foco principal serão as pautas de amparo às mulheres e jovens. A classe política precisa, mais do que nunca, olhar a cidade com um viés feminino, de atenção, acolhimento, carinho e sensibilidade.

O prefeito Emanuel Pinheiro, no comando de uma gestão comprometida com a população, oportunizou a indicação do vereador Renivaldo Nascimento para comandar a Secretaria de Meio Ambiente, onde com certeza também dará uma contribuição efetiva à Capital.

Destaco aqui o gesto de grandeza do presidente do PSDB cuiabano, vereador Ricardo Saad, que abriu mão de assumir a vaga. Ele foi partidário e agradeço de coração a oportunidade de exercer o mandato. Ao lado das colegas Edna Sampaio e Michelly Alencar, avançaremos com políticas públicas de qualidade para as mulheres cuiabanas.

Quero fortalecer iniciativas como a criação do Hospital Materno Infantil, já anunciada pelo prefeito. Em sintonia com a primeira-dama Márcia Pinheiro, que humaniza a gestão, vamos encaminhar nossas pautas para ampliar a rede de proteção à mulher.

Também vou defender melhorias no transporte coletivo, como o respeito à lei da Parada Segura que não é cumprida, por lugares exclusivos para mulheres nos horários de pico e pela qualificação dos motoristas para tratar as mulheres com respeito e inibir casos de assédio. Vou trabalhar ainda pela implantação de uma Escola de Artes e Ofícios, para fortalecer a arte, a cultura e o artesanato.

Desde cedo aprendi que os problemas se resolvem por meio do diálogo e que a política é a arte do entendimento. É por meio do embate democrático que encontraremos as melhores soluções para a cidade.

O que me move é o senso de responsabilidade com uma Cuiabá próspera e segura, onde homens e mulheres possam trabalhar, empreender, criar a família com dignidade e serem felizes.

MARIA AVALONE é vereadora de Cuiabá pelo PSDB.



Jornal

IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

COMPONENTE INDÍGENA

Juíza vê intenção do DNIT em descumprir ordem judicial e manda suspender leilão do trecho entre Cuiabá e Santarém (PA), marcado para 8 de julho

Justiça trava concessão da BR-163

José Dias/PR



Da redação

A juíza federal Maria Carolina Valente do Carmo, da Vara Federal Cível e Criminal de Altamira, no Pará, concedeu uma liminar para suspender o processo de concessão da BR-163, entre Cuiabá e Santarém (PA). O leilão estava marcado para ocorrer na próxima quinta-feira (8), na bolsa de valores de São Paulo.

A decisão vem na esteira de outra liminar, proferida em 2020, que determinou a elaboração de um Plano Básico Ambiental Indígena

(PBA-CI) capaz de mitigar o impacto das obras sobre os povos Panará e Kayapó-Mekragnoti, que habitam as áreas que serão pavimentadas para a rodovia.

Na mesma liminar do ano passado, a Justiça Federal determinou que Fundação Nacional dos Indígenas (Funai) e Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (DNIT) garantissem a não interrupção de ações de mitigação em três terras indígenas: Panará, Mekragnoti e Baú. Na ocasião, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi proibido de emitir licença de operação definitiva da BR-163 enquanto não fossem cumpridas todas as exigências ambientais.

Ao analisar as ações tomadas pelos órgãos envolvidos, a juíza constatou "uma intenção manifesta do Dnit

em descumprir a determinação judicial à mínima de qualquer outra decisão que o exima da obrigação". Para ela, o plano de trabalho encaminhado à Funai está em evidente descompasso com a ordem liminar.

A juíza afirmou que a Funai também descumpriu a decisão judicial, pois se negou a elaborar o PBA junto às associações indígenas interessadas. A magistrada ordenou que no novo PBA conste a previsão de execução das ações de mitigação pela Associação Indígena Iakiô (dos Panará) e pelo Instituto Kabu (dos Kayapó-Mekragnoti).

A suspensão da concessão da BR-163 permanecerá até que se demonstre em juízo a aprovação do PBA-CI, com base na matriz de impactos do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e nos diagnósticos de impactos atuais, que

deverão ser submetidos à consulta dos povos indígenas.

A juíza ainda deu prazo de 48 horas para que seja incluída no edital de concessão da rodovia a previsão de que a concessionária vencedora do leilão passará a ser responsável pela mitigação dos impactos negativos e otimização dos impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da rodovia e de sua exploração. A magistrada estipulou multa de R\$ 40 milhões à União em caso de descumprimento.

"Portanto, para fins de renovação do PBA-CI da BR-163, referentes às Terras Indígenas Panará, Menkragnoti e Baú, é indispensável que a análise do órgão licenciador seja pautada por estudos técnicos a cargo do empreendedor, sendo importante, ademais, a participação das comunidades indígenas", conclui.



Asfaltamento da BR-163 foi inaugurado pelo presidente Bolsonaro em 2020, com promessa de concessão ainda em 2021

ESTADO FRONTEIRIÇO

Mato Grosso pode ser 'modelo' de vacinação em massa

Da redação

Mato Grosso pode ser o 'projeto piloto' da vacinação em massa. A informação foi revelada pelo senador Wellington Fagundes tem articulado junto ao Ministério da Saúde para que Mato Grosso seja escolhido como 'piloto' do projeto de imunização nos estados que têm fronteira seca com outros países.

O ministro Marcelo Queiroga tem falado desde o começo de junho que pretende acelerar o ritmo de vacinação nos esta-

dos fronteiriços. A ideia do ministro é criar uma 'barreira epidemiológica' com outros países, já que estrangeiros circulam facilmente nessas regiões.

Fagundes lembrou que Mato Grosso é um estado com larga fronteira seca e tem uma população considerada 'pequena' diante dos demais estados, o que pesa a seu favor. Contudo, o início desse programa de imunização das fronteiras esbarra na falta de vacinas.

"Mato Grosso é um estado fronteiriço, que faz cerca com a Bolívia, e

[pelo fato de] o estado ser vasto em território, mas relativamente pequeno em população, assim como outros estados, o Ministério da Saúde está estudando a possibilidade de criar um programa para vacinação específico para os estados de fronteira. Isso se tivermos mais vacina", disse.

O senador comentou que a aprovação do seu projeto de lei que autoriza fábricas de produtos veterinários a produzirem vacinas contra a covid-19 pode ser a solução para o problema

de escassez de vacinas. Isso porque a conversão das fábricas veterinárias permitirá produzir cerca de 400 milhões de doses de vacina em apenas três meses, segundo os cálculos apresentados por Fagundes.

Conforme o projeto, os laboratórios de produtos veterinários devem cumprir todas as normas sanitárias e de biossegurança próprias de estabelecimentos destinados à produção de vacinas humanas. Em troca, eles poderão receber benefícios fiscais para com-

pensar os custos da conversão das linhas de produção.

"Nós aperfeiçoamos o projeto inclusive permitindo que essas indústrias possam produzir a vacina da covid-19, não só agora na pandemia, poderão produzir 'ad aeternum'. Até porque elas vão também se equipar, ter que fazer investimentos", pontuou.

Fagundes comentou ainda que somente com a vacina será possível combater a pandemia de forma eficaz, já que ainda não existe um remé-

dio eficaz para tratar da covid-19. Diante disso, ele defendeu que todos os esforços sejam voltados à compra ou produção de vacinas, para prevenir uma tragédia ainda maior na pandemia.

"Já ultrapassamos a marca de mais de 500 mil vidas perdidas por falta de vacina. E segundo comprovações científicas, não há nenhum medicamento no mundo que trate com eficiência a doença. O nosso foco agora tem que ser salvar vidas. É vacina, vacina e vacina", enfatizou.

VISITA DO PRESIDENTE

PSL organiza motociata para Bolsonaro em Mato Grosso

Da redação

O deputado estadual Elizeu Nascimento (PSL) falou que Mato Grosso poderá receber as visitas do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e do ministro de infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas nos próximos dias. A ideia é realizar uma motociata em apoio ao presidente, como tem acontecido em outros estados brasileiros.

De acordo com Elizeu, ele esteve em Brasília conversando com o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL) e também com o ministro Tarcísio. No encontro, entre os assuntos, eles discutiram a vinda do presidente ao estado.

O parlamentar confirmou que tanto Tarcísio quanto Bolsonaro devem visitar o estado ainda este ano. Tarcísio viria para um ato político do PSL e Bolsonaro para realizar a já conhecida manifestação exclusiva de motociclistas em Cuiabá.

A vinda de Tarcísio este mês em Mato Grosso chegou a ser confirmada pelo secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Car-

valho, que falou que o ministro estará no estado inspecionando a obra da entrada de Cuiabá, na BR-364/163.

"Há uma possibilidade muito grande do ministro estar vindo nos próximos dias para prestigiar um evento do PSL e o presidente Bolsonaro, há uma possibilidade de vir fazer uma visita na capital e estado de Mato Grosso, inclusive na mesma situação que está acontecendo em outros estados, que é a [realização] motociata", revelou Elizeu na última quarta-feira (30).

O encaminhamento já foi feito ao presidente pelo filho Eduardo e nos próximos dias, o presidente - que deve concorrer à reeleição - deve aterrissar no estado. Bolsonaro já realizou quatro motociatas este ano sendo nas cidades de Brasília (DF), Chapeco (SC), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

SITUAÇÃO DO PSL - Recentemente o partido de Elizeu se tornou base do governador Mauro Mendes (DEM), e pode apoiá-lo para a reeleição. No entanto, Bolso-

naro busca um candidato ao governo do estado, que seja de direita que o apoie na campanha para presidente.

O nome da direita que começa a ser construído é o do ex-prefeito de Sorriso, Dilceu Rossato, que atualmente está sem partido e começou as conversações políticas após a visita e conversa com Eduardo Bolsonaro no estado.

Elizeu disse que no momento, o PSL está construindo uma chapa forte para a disputa de vagas de deputados estaduais e federais. A ideia inicial é manter na Assembleia Legislativa a bancada com quatro parlamentares e buscar de uma a duas cadeiras na Câmara Federal.

"O trabalho que está sendo feito desde já é o trabalho da construção de estadual e federal. Esse é o foco principal neste momento, e ainda é cedo para discutir a majoritária, até porque a única pessoa que a gente vê como pré-candidatura é o governador Mauro Mendes, apesar de não ter anunciado", declarou.

DIREITOS RECONHECIDOS

Vereador quer tratamento transexualizador no HMC

Da redação

O vereador Sargento Vidal (Pros) apresentou um projeto de lei que visa habilitar o Hospital Municipal de Cuiabá (HMC) junto ao Ministério da Saúde como ambulatório e hospital para tratamento no processo transexualizador para pessoas trans e travestis.

Vidal destacou que, de acordo com a Constituição Federal no Artigo 5º, todos são iguais perante a lei e, diante disso, apresenta esse projeto visando trazer uma melhor qualidade de vida para as pessoas trans.

"Hoje venho com essa gravata para homenagear os LGBTQIA+ que ontem, teve o seu dia nacional. Como ontem não teve sessão, hoje vim apresentar nesta Casa o projeto transexualizador que é nada mais que habilitar o HMC para atendimento a todos desse grupo", frisou o vereador.

É importante ressaltar que esse projeto já existe em quatro capitais do Brasil: São Paulo, Porto Alegre, Rio de Ja-

neiro e Goiânia. O parlamentar pontuou que Cuiabá tem tudo o que precisa para ser a quinta capital com esse tipo de atendimento.

"A dificuldade de acessar os serviços de saúde leva a automedicação, muitas vezes com hormônios de tipo e doses, entre outras situações que podem trazer gravíssimos problemas de saúde. Sem contar que esse é o país que mais mata pessoas trans no mundo, sendo que só em 2020, houve 175 homicídios e a cada 2 dias, morre uma pessoa trans, sem contar na questão de suicídios que é muito grande", analisou ele.

Reforçando a necessidade deste atendimento, o diretor do Grupo Livremente: Conscientização e Direitos Humanos LGBTQIA+, Clóvis Arantes, destacou que o projeto é fundamental para a vida das pessoas que necessitam de acompanhamento.

"Um espaço especializado para atender a população na questão da saúde, principalmen-

te, homens e mulheres trans, que dependem de tratamentos de hormonoterapia, fono e outras especialidades, é fantástico e já era esperado a muito tempo", avaliou.

Validando a importância do projeto, Hadassah Luz disse que pela falta de atendimento na questão da saúde e considerando a disforia de gênero, acabou optando pela automedicação com hormônios, mas agora tem a esperança de que o projeto seja implementado e passe a receber o tratamento adequado e de forma segura.

"É muito importante quando se tem um vereador comprometido com a gente. Alguém que vê a nossa luta, que enxerga do lado de dentro, porque é fácil ver do lado de fora, mas não enxergam o conteúdo. Então é muito importante ter alguém que leve e externe o nosso sentimento. E ainda mais importante esse ambulatório trans que irá salvar muitas vidas e irá dar mais dignidade a muitas pessoas", finalizou ela.

'AGRO DA GENTE'

Programa de retomada econômica lançado na segunda-feira (28) terá foco na agricultura familiar, com conhecimento técnico e linhas de crédito

Cuiabá aposta nos agricultores



Da redação

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) lançou na última segunda-feira (28) mais uma etapa do programa 'Pra Frente Cuiabá', que busca estimular a recuperação econômica na capital após a crise trazida pela pandemia de covid-19. Batizado de 'Agro da Gente', o projeto lançado nesta segunda tem objetivo de incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar na capital.

Para atingir o objetivo, o projeto Agro da Gente vai levar qualificação técnica e pessoal aos produtores. Serão realizadas palestras de educação financeira e de atividades pontuais no campo, para ensinar técnicas que ajudem a produzir mais e melhor. Também será feito o mapeamento das atividades produtivas, com o objetivo de criar polí-

ticas públicas específicas para alavancagem do setor.

"Temos um potencial enorme para aves, para leite, para outras culturas. No entanto, esse desenvolvimento está desordenado, sem o apoio do Poder Público. A Prefeitura de Cuiabá quer mudar paradigmas e virar essa página. Então, vamos atuar não apenas na produção, mas também transporte, comercialização, tecnologia, assistência técnica, extensão rural", disse o prefeito.

Durante o lançamento, Emanuel destacou que Cuiabá tem a maior parte de seu território pertencente à zona rural. Por isso, a Prefeitura decidiu intensificar as ações voltadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento de atividades agroindustriais, com o objetivo de aproveitar o potencial natural e humano para acelerar a recuperação da atividade econômica na capital.

"Tem como base exatamente uma política, um programa de desenvolvimento econômico da área rural da capital. 92% do território cuiabano é formado pela área rural e nosso desenvolvimento econômico está todo concentrado na

zona urbana, que é apenas 8% do nosso território", explanou.

O 'Agro da Gente' também deverá atuar em sinergia com o Cuiabanco, para fornecer linhas de crédito aos agricultores familiares com juros subsidiados pela Prefeitura de Cuiabá. A previsão é que o Cuiabanco entre em operação a partir de outubro deste ano, caso seja cumprido o cronograma apresentado pelo prefeito na semana passada, quando o projeto foi apresentado.

PRA FRENTE CUIABÁ - O programa elaborado pelo prefeito Emanuel Pinheiro prevê investimentos em infraestrutura, mobilidade urbana, fomento na geração de empregos, na produção do campo, resgate do turismo e valorização da cultura cuiabana.

O objetivo do 'Pra Frente Cuiabá' é organizar a cidade em polos e promover o desenvolvimento de forma linear e integrada, estimulando as capacidades de cada setor, se articulando também com a iniciativa privada e terceiro setor. O programa abarca cinco ações, já anunciadas: Sine da Gente, Enem Digital 5.0, Qualifica Cuiabá, Cuiabanco e Agro da Gente.



Emanuel destacou que 92% do território de Cuiabá é área rural, mas desenvolvimento está concentrado nos 8% de área urbana

Emanuel anuncia loteria cuiabana

Cuiabá pode ser uma das primeiras cidades da região Centro-Oeste a criar uma loteria própria para melhorar a captação de recursos públicos. O anúncio foi feito nesta segunda-feira (28) pelo prefeito Emanuel Pinheiro (MDB). A exploração de loterias estaduais e municipais foi

autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro do ano passado, por unanimidade.

"O impacto da pandemia foi uma realidade para todo o sistema de arrecadação de qualquer gestão, e Cuiabá sofreu os impactos. Esse ano o caixa continua sendo afetado, então temos que

criar recurso novo. Temos que ter criatividade e ver formas de melhorar a gestão fiscal e a arrecadação", disse Emanuel.

Ainda não há previsão de lançamento da loteria municipal. Emanuel autorizou o estudo de viabilidade técnica, que será apresentado até o final do ano.

VOLTA AO NORMAL

AL quer liberar torcida nos estádios de Mato Grosso

Da redação

Um projeto do deputado estadual Eduardo Botelho (DEM), em parceria com Max Russi (PSB), pode autorizar a volta parcial da torcida em estádios de Mato Grosso ainda este ano. O projeto de lei foi apresentado na terça-feira (29) e aprovado em primeira votação. No entanto, os torcedores terão que estar vacinados con-

tra a covid-19 para voltar a apoiar seus times.

A presença de torcida nos estádios foi proibida devido ao risco de transmissão do novo coronavírus. Contudo, os jogos continuaram acontecendo com estádios vazios. Agora, a ideia é liberar a ocupação de até 35% dos estádios, desde que sejam seguidos alguns protocolos para garantir a biossegurança do evento. O projeto segue

os moldes de outros países, que também liberaram torcida desde que seja comprovada a vacinação e se respeite os protocolos de segurança.

"Nós acompanhamos aí vários jogos, inclusive do Cuiabá, sem público. Agora, no mundo inteiro está permitido as pessoas vacinadas, então nós estamos colocando aqui que seja permitido até 35%, para as pessoas que estejam vacinadas ou

apresentem atestado de covid até 48 horas para entrar no estádio", explicou Botelho.

A proposta busca fomentar a economia e até turismo com a vinda de torcedores para a Arena Pantanal, para acompanhar os jogos da Série A do Campeonato Brasileiro. Além disso, funciona como um 'mecanismo de recompensa' para que as pessoas vão se vacinar.

Apesar do projeto de lei, a decisão sobre liberação de torcidas precisa ser aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Contudo, Botelho acredita que a aprovação da lei em Mato Grosso dará o pontapé inicial para se começar uma discussão nacional sobre o assunto.

Os autores do projeto citam ainda que os clubes de futebol amargam perdas de receitas sem

a comercialização de ingressos, de camarotes e cadeiras cativas, além da venda de alimentos e bebidas em dia de jogos.

"Esperamos que seja aprovado em duas sessões, para que nós possamos liberar a entrada de público. Essa é uma forma de começarmos a voltar com critério, distanciamento, privilegiando as pessoas vacinadas e as inserindo em eventos novamente", concluiu o deputado.

"TAXAÇÃO DO SOL"

Governo vai acatar decisão da Assembleia Legislativa

Gabriel Soares

Apesar considerar a medida ilegal, o governo de Mato Grosso deve 'engolir' a derrubada do veto ao projeto de lei que ampliava a isenção fiscal da energia solar. A confirmação foi dada pelo governador Mauro Mendes (DEM) na manhã de quinta-feira (1), durante conversa com jornalistas no lançamento da operação de combate a incêndios florestais.

De autoria do deputado Faissal Calil (PV), o projeto de lei 18/2021 isenta os consumidores que geram energia por meio de placas solares do pagamento de ICMS sobre a Taxa de Utilização do Sistema de Distribuição (TUSD) de energia. O projeto havia sido vetado pelo governo por inconstitucionalidade, mas a Assembleia derrubou o veto na última quarta (30).

Mauro disse que é a favor dessa isenção, mas não tem aval do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para conceder o benefício.

"O governo já declarou muitas vezes, com relação à energia solar, que nós concordamos com essa isenção. Porém, as pessoas têm que entender que no país existem leis maiores. A Constituição brasileira manda mais do que a vontade do governador e da Assembleia. E a Constituição e as leis federais dizem claramente que um incentivo fiscal só pode ser dado quando ele é aprovado no Confaz", disse.

O governo de Mato Grosso chegou a propor, em reunião do Confaz, que fosse liberada essa isenção. Contudo, o projeto foi derrubado porque oito estados não concordaram com a medida. Por isso, Mauro aponta que o projeto

de lei aprovado pela Assembleia é ilegal, mas já adiantou que não deve fazer nada sobre o assunto.

"Nós mandamos ao Confaz o pedido para dar essa isenção. Oito estados não concordaram, por isso não foi aprovado. Porém, a Assembleia quis fazer. Isso é ilegal. O governo não vai recorrer e vamos ver se isso para de pé", afirmou.

Mauro explicou ainda que a cobrança de ICMS sobre o uso do sistema de distribuição foi retomada pela própria Energisa, sem intervenção do Estado. Ele sustenta que o próprio governo não tinha intenção de cobrar esse imposto e, por isso, passou tanto tempo sem que esses valores fossem cobrados.

"O governo sempre disse que concorda com isso, nós não estávamos cobrando. Deixamos muito claro que a Energisa estava aplicando equi-



Mauro destacou que o Confaz não liberou isenção de ICMS sobre a TUSD e, por isso, projeto aprovado na Assembleia seria ilegal

vocadamente uma lei de 2015 e ela descobriu isso. O governo, como não tinha intenção de cobrar, também não percebeu

isso. Ela [Energisa] ao descobrir, passou a tributar", explicou.

A cobrança de ICMS sobre a TUSD foi re-

tomada em abril deste ano, sem aviso prévio, o que pegou muitos consumidores de surpresa.

TAXAÇÃO DOS APOSENTADOS

Deputados entram em recesso sem votar projetos de isenção dos inativos, mas podem voltar se houver um consenso no Conselho da Previdência

Max promete chamar extraordinária

**Da redação**

O presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), 'ze-rou' a pauta de votação de projetos e vetos na sessão desta quarta-feira (30), a última antes do recesso. Com isso, a discussão sobre a isenção dos aposentados e pensionistas ficou para o segundo semestre, após a volta do recesso em agosto, mas Russi admitiu uma 'colher de chá'.

O presidente da AL se comprometeu a convocar uma sessão extraordinária se o Conselho da Previdência aprovar algum dos projetos sobre a isenção dos aposentados durante o período de recesso. E ele tem certeza

de que a sessão contará com a presença da maioria dos parlamentares.

"Para ter quórum é 13 [deputados], é obrigação. E eu tenho consenso que, se tivermos uma extraordinária, nós teremos, no mínimo, a presença de 22 deputados. Tudo vai depender de como vai avançar. Se não chegar nada da Previdência, não vamos marcar sessão, então vai depender. A princípio, nossa próxima sessão será no dia 3 de agosto", disse.

Uma reunião do Conselho da Previdência está marcada para esta quinta-feira (1), quando devem ser debatidas as três propostas feitas pelo governo para isenção dos aposentados e pensionistas da alíquota extraordinária de 14%. Contudo, ainda não há certeza de que haverá uma decisão nessa reunião, já que o Conselho atropelou uma das propostas do governo, o que tratou o andamento de todos os projetos.

Russi se prometeu aos demais deputados e representantes dos servidores públicos que vai convocar uma sessão extraordinária em até 24 horas após o governador Mauro Mendes (DEM) encaminhar os projetos de isenção dos aposentados para a Casa de Leis.

"Se essa reunião transcorrer, esses projetos avancem e o governador encaminhar, na próxima semana não teremos dificuldades em fazer uma sessão e assim que chegar o projeto em 24h eu convoco a sessão", declarou.

Há, no momento, três propostas do governo. A primeira diz respeito aos aposentados e pensionistas em geral: aqueles que recebem até R\$ 9 mil podem ficar isentos da alíquota sobre os valores até três salários mínimos. A segunda diz respeito à alíquota dos militares, que deve cair de 14% para 10,5%.

A terceira é a que deu início ao impasse, e diz respeito aos aposenta-



Presidente da AL garantiu presença maciça de deputados em sessão extraordinária para votar isenções da previdência

dos e pensionistas com doenças graves. Para este grupo, o governo propôs isenção até o teto do INSS, hoje em R\$ 6,4 mil, mas o Conselho resolveu dobrar o valor sem apresentar o impacto financeiro da

medida. O governo tenta reverter essa decisão, mostrando suas contas.

Apesar disso, informações de bastidores apontam que os representantes dos servidores públicos no Conselho da Previdência não de-

vem ceder à pressão do governo para mudança nos valores de isenção, o que pode fazer o impasse perdurar indefinidamente, já que não há obrigação legal de que o governo encaminhe tais projetos.

VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA

Mauro critica decisão da Assembleia sobre aulas

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) afirmou que os deputados estão atrapalhando a educação pública em Mato Grosso com a derrubada do veto do governo ao projeto de lei que condicionava o retorno das aulas presenciais à imunização completa dos profissionais da Educação.

O governo planejava retomar as atividades presenciais, na modalidade híbrida, a partir do mês de agosto. Com a derrubada do veto, esse prazo deve ser novamente postergado, já que os profissionais só receberão a segunda dose da vacina em meados de setembro ou outubro, e ainda são necessários mais 15 dias para garantir a imunização.

Em conversa com jornalistas, Mauro questionou a diferença de um professor para o restante da população, pois diversos setores públicos e privados já voltaram a funcionar mesmo sem ter tomado nenhuma dose de vacina, enquanto professores estão exigindo duas doses do imunizante. Ele criticou ainda o fato de que alguns professores estão recusando a vacina.

"Qual a diferença do professor para a empregada doméstica, trabalhador da indústria e profissionais que estão trabalhando normalmente? Os professores da rede privada estão trabalhando normalmente. Porque os professores da rede pública não podem voltar no dia 1º de agosto? Alguns professores já receberam a primeira dose, tem

professor que não quer vacinar e aí vai ficar para sempre sem trabalhar? Qual a diferença deles para os demais matogrossenses?", questionou o governador.

Apesar de se colocar contrário à decisão da Assembleia, Mauro afirmou que não pretende levar a questão à Justiça. No entanto, disse entender que os 13 parlamentares que votaram para derrubar o veto estão atrapalhando a educação pública. O governador citou que a educação foi o último setor a fechar e o primeiro a reabrir nos países europeus, ao contrário do que tem acontecido no Brasil.

"Olha como estão tratando a educação. Os deputados estão com filhos e netos na escola privada tendo aula. Olha a incoerência", concluiu.

PRATICIDADE

Pedágios em MT poderão ser pago pelo sistema PIX

Da redação

O deputado estadual Wilson Santos (PSDB) tenta emplacar o projeto de lei 519/2021, que autoriza o pagamento de pedágios nas rodovias de Mato Grosso pelo sistema PIX.

O Pix é um meio eletrônico e instantâneo de pagamentos e transferências bancárias que foi criado pelo Banco Central do Brasil. Essas transações bancárias podem ser feitas pelo aparelho celular a qualquer hora e dia, a partir de conta-corrente, poupança ou de pagamento.

A proposta do parlamentar altera o artigo 5º da Lei nº 8.620 que disciplina a cobrança de pedágio nas rodovias estaduais e autoriza o pagamento por meio de dinheiro em espécie, transferência eletrô-

ca bancária, pagamentos por meio de cartões de crédito e débito, sistemas eletrônicos de cobrança, pagamentos automáticos e pagamentos instantâneos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Para justificar o projeto de lei, o deputado Wilson Santos diz que a administração pública deve acompanhar a modernização, principalmente no que diz respeito à arrecadação de tributos, permitindo facilitar a vida do cidadão e, ao mesmo tempo, permitir a geração de uma boa receita que possa se reverter em políticas públicas aos cidadãos, principalmente nas áreas essenciais como educação, segurança, saúde pública, infraestrutura e assistência social.

"As novas modalidades de pagamentos eletrônicos instantâ-

os, como o PIX, já são uma realidade no País com aprovação do Banco Central e passam a ser mais uma opção de recolhimento tributário de forma a facilitar o tráfego daqueles motoristas que as vezes estão desprovidos de dinheiro em espécie. Na realidade, todo o sistema comercial vem se adequando para recebimentos por meio dessas modalidades de pagamento instantâneos", argumenta.

De acordo com o Banco Central, as principais vantagens do Pix é de que o serviço permanece disponível 24 horas, todos os dias, inclusive finais de semana. Além disso, as transações são concluídas em menos de 10 segundos e ainda é gratuito para pessoas físicas, inclusive MEIs (microempreendedores individuais).

CASO CATTANI

Juíza não vê homofobia e acusa Edna de "excesso"

Da redação

A juíza Lúcia Peruffo, da Turma Recursal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, manteve a condenação que determinou à vereadora por Cuiabá, Edna Sampaio (PT), a exclusão de publicações em suas redes sociais nas quais acusavam o deputado estadual Gilberto Cattani (PSL) de homofobia. A decisão de 1º grau havia sido proferida pelo juiz do Juizado Especial Cível e Criminal de Nova Mutum, Cássio Leite de Barros Netto.

Edna havia entrado com recurso contra a primeira decisão, mas

acabou amargando mais uma derrota. A juíza argumentou que não enxergou nenhuma decisão absurda do magistrado como alegou a vereadora petista.

Lúcia ainda reforçou que não houve prática de crime na postagem feita por Cattani e sim excesso da vereadora que deve se limitar às atividades municipais.

"Exerce o cargo de parlamentar municipal (vereadora), cuja imunidade se limita ao território da vereança. Com efeito, assim como destacado pelo juízo Impetrado na decisão atacada, não havendo condenação por

tal crime, não parece, prima facie, adequada a utilização de referido termo para qualificar o Deputado que declarou que "ser gay é uma escolha", diz parte da decisão da juíza.

Em outro trecho, a magistrada diz que o pensamento de Cattani é apenas ultrapassado e há uma diferença entre desinformação e homofobia, como foi o caso do deputado ao postar que ser gay seria uma opção.

Por meio de nota, Edna disse que vai recorrer ao Superior Tribunal Federal (STF) para buscar Justiça e punição, para que o erro de Cattani seja reconhecido.

Da redação

O secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho, disse que o governo está trabalhando para empenhar ainda neste mês, as emendas parlamentares requeridas pelos deputados. Porém, ele adianta que o processo é demorado.

Alvo de reclamação unânime dos deputados pela não destinação das emendas no primeiro semestre, Mauro explicou que primeiro foram recolhidos os projetos de cada emenda pedida pelos parlamentares e, após tomar conhecimento de cada uma delas, foi tudo

extratificado e relatado a cada deputado quais seriam os próximos passos.

"Logicamente agora neste mês de julho vamos estar tratando agora em relação ao empenho dessas emendas destinadas pelos deputados. Empenhar é uma coisa, pagar é outra então existe todo um trâmite legal para ser seguido. Primeiro nós vamos empenhar essas emendas para depois pagar e isso leva um tempo", detalhou Mauro Carvalho.

A demora segundo Mauro, é por conta de que algumas emendas dependem de projetos de prefeituras, que precisa

tudo ser analisado, e as vezes o projeto apresenta alguma inconsistência precisa voltar ao município e é preciso seguir todo um trâmite legal.

"O compromisso do governo é com relação ao empenho, já em relação ao pagamento existe um dever de casa das pessoas interessadas em entregar essa documentação para que realmente legalize toda a sua emenda para que o Estado faça seu pagamento", acrescentou.

Por fim, Mauro garantiu que neste mês as emendas já serão empenhadas para os 24 deputados estaduais.

REFLEXOS DA PANDEMIA

"Meu último ano de ensino médio foi completamente perdido", desabafou Maria Vitória de Almeida Silva

Aulas perdidas a mais de um ano



Da redação

"Meu último ano de ensino médio foi completamente perdido", desabafou Maria Vitória de Almeida Silva, estudante da rede pública estadual, em conversa com a reportagem do Estadão Mato Grosso. Assim como ela, milhares de outros estudantes enfrentaram dificuldades para dar continuidade aos estudos durante a pandemia causada pelo novo coronavírus.

Pesquisa feita pelo Instituto Unibanco, em parceria com o Insuper, aponta que os estudantes do ensino médio aprenderam apenas 25% do que era esperado para o ciclo da segunda série durante o ano de 2020. A pesquisa traduz o sentimento de Maria Vitória sobre seu aprendizado.

"Terminei o ensino médio sem entender muita coisa. Não aprendi tudo e acabei levando nas 'coxas', só pra concluir mesmo. Durante a pandemia, tínhamos recém saído de uma greve, então, querendo ou não, estávamos atrasados ainda e ficar fora das salas de aula piorou a situação", conta Maria Vitória.

As aulas presenciais na rede pública de ensino estão suspensas desde março de 2020. O retorno no sistema híbrido era previsto para

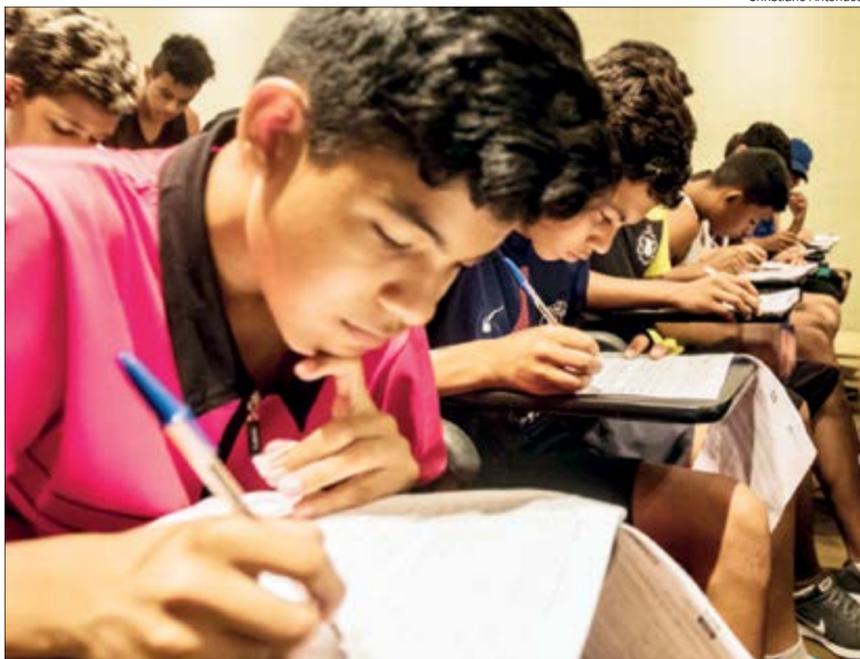
junho deste ano, mas com o aumento de casos da covid-19 foi novamente adiado. Esse vai e vem tem causado muitos transtornos, sendo os estudantes os mais prejudicados.

Vitor Alves, também estudante da rede estadual, conta que ainda não está adaptado ao modelo remoto. Recém-chegado ao ensino médio, ele tem se dobrado para estudar e tentar entender o conteúdo das disciplinas.

"Passo o dia em casa e também tenho o privilégio de ter internet para estudar, mas tenho amigos que não tem essa condição. Eu tento ajudar e conforme vou aprendendo vou ajudando, já que todos nós estamos tendo dificuldades para aprender nesse novo jeito de estudar", disse o estudante.

Segundo Silas Borges Monteiro, professor do Instituto da Educação na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o problema não está no ensino remoto, mas sim na dificuldade do aluno em estudar remotamente, por falta de estruturas básicas. A falta de luz, computador, internet e de um ambiente propício para aprendizado dentro dos lares brasileiros refletiu profundamente neste um ano de pandemia.

"O ensino remoto agravou o indicador de que as famílias de baixa renda não têm estrutura mínima para atender seus filhos. Quando essa criança vai para a escola, ela recebe alimento, tem acesso à energia elétrica, ao computador e ao professor, dentro de um ambiente propício para estudar, e consegue ter



Dificuldade de acesso à energia, computador e internet tem causado prejuízos no aprendizado dos jovens da rede pública

Só rede estadual 'ficou pra trás'

O governo trabalhava para retomar as aulas presenciais na rede pública, no sistema híbrido, no mês de agosto. Mas na última quarta-feira (30), deputados estaduais derrubaram o veto do governo ao projeto que condiciona o retorno das aulas na rede estadual à imunização completa dos profissionais. Com a derrubada, as aulas presenciais no estado deverão ser adiadas e só poderão retornar quando 100% dos profissionais tiverem recebido a segunda dose do imunizante.

Só que a decisão se aplica apenas à rede pública estadual e não se aplica as escolas municipais e particulares, que estão tendo aulas presenciais desde que

foi sancionada a lei que transformou a educação em serviço essencial, proibindo o fechamento de escolas durante a pandemia de covid-19. Em Mato Grosso, pelo menos 39 municípios já definiram as datas para retorno das atividades de forma híbrida. Na capital, por exemplo, a previsão é que as aulas retornem no dia 01 de agosto.

A rede estadual conta com 31.540 profissionais e, até o momento, foram disponibilizadas 63.415 doses de vacinas, sendo 49.328 para trabalhadores do Ensino Básico e 14.177, para do Ensino Superior. De acordo com o sistema oficial do Ministério da Saúde, os municípios informaram que 50.030 trabalhado-

res da Educação Básica e 6.765 trabalhadores do Ensino Superior já receberam a primeira dose de vacina.

O texto de autoria do deputado Thiago Silva (MDB) teve o apoio de 13 parlamentares, contra sete que votaram pela manutenção do veto. "A vacinação vem acontecendo em todas as cidades, mas, para que a gente possa dar uma segurança aos professores, a todos os pais, aos profissionais da Educação, é de sua importância a derrubada desse veto. Para que assim nenhuma daquelas cidades que, porventura, não tenha cumprido com a vacinação da Educação, ela venha cumprir de acordo com essa lei", pontuou o deputado.

um desempenho melhor. Com a pandemia, essa criança às vezes não tem nem acesso à energia, o que dificulta o aprender em casa", explica.

O problema, de acordo com o professor, está na estrutura da organização da sociedade brasileira que excluiu esse aluno e a escola, agora fechada por conta da pandemia, minimizava essa exclusão. "Esse corte socioeconômico que já existia antes da pandemia, mas que durante ela foi agravado, dá a impressão que o problema foi o ensino remoto. Mas o problema está na falta de dignidade com essas famílias", aponta.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) Contínua, em 2019 cerca de 4,3 milhões de estudantes em todo o país não tinham acesso à internet, seja por razões econômicas ou indisponibilidade do serviço na área em que vivem. Desse total, 4,1 milhões são alunos da rede pública. A pesquisa investigou, no último trimestre de 2019, o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). As informações foram divulgadas no dia 14 de março deste ano.

"Hoje essa realidade é ainda mais grave. As famílias estão tendo que escolher se pagam a conta de energia ou comem. Se não fosse um problema, eu diria que não teríamos problemas. A pandemia veio para escancarar as diferenças sociais e econômicas que o estado brasileiro impõe a determinadas partes da população e isso ficou bem evidente", finalizou.

VACINAS DA EDUCAÇÃO

Aulas só devem retornar após vacinação total dos professores

Da redação

A Assembleia Legislativa derrubou o veto do governo ao projeto de lei que condicionava o retorno das aulas presenciais à imunização completa dos profissionais da Educação. O texto de autoria do deputado Thiago Silva (MDB) teve o apoio de 13 parlamentares, contra sete que votaram pela manutenção do veto.

A derrubada desse veto deve frustrar os planos do governo de retomar as aulas presenciais na rede estadual em agosto, já que a vacinação dos professores ainda está em andamento e a segunda dose só deve ser ministrada entre setembro e outubro deste ano.

"Imunização contra a covid-19 significa duas doses aplicadas e um intervalo de 15 dias após a

segunda dose", ressaltou o deputado Lúdio Cabral (PT), durante a sessão.

Autor da lei que tornou a educação um serviço essencial, o deputado Elizeu Nascimento (PSL) destacou que o governo tem cumprido com a vacinação dos profissionais da Educação, apesar de ter vetado este trecho da lei, que havia sido incluído por uma emenda do deputado Thiago Silva.

"A vacinação vem acontecendo em todas as cidades, mas, para que a gente possa dar uma segurança aos professores, a todos os pais, aos profissionais da Educação, é de sua importância a derrubada desse veto. Para que assim nenhuma daquelas cidades que, porventura, não tenha cumprido com a vacinação da Educação, ela venha cumprir de acordo com essa lei", pontuou.

O deputado Wilson Santos (PSDB) afirmou que havia alertado os secretários de Estado de que o veto a esse projeto de lei era desnecessário, já que o governo iniciou a vacinação dos profissionais de Educação poucos dias após o veto.

"Nós estamos discutindo, batendo cabeça e é o que já está acontecendo na prática. Aqui se mantiver, se derrubar veto, não vai mudar

absolutamente nada. É uma votação inútil. Me lembra Os Titãs: 'nós somos inúteis'", pontuou.

Segundo a justificativa do governo, o projeto foi vetado por inconstitucionalidade, por recomendação da Procuradoria-Geral do Estado. Isso porque o projeto de lei invadia uma competência exclusiva do Poder Executivo, ao criar uma obrigação de fazer.

QUEIMADAS EM MT

Período proibitivo começa e vai até o dia 30 de outubro

Da redação

Não foi só a pandemia causada pelo novo coronavírus que afetou a vida da população neste último ano. As queimadas registradas em 2020 deixaram estragos difíceis de serem reparados. Em meio a internações de pacientes em estado grave por causa da covid-19, a saúde também atendeu pacientes com crises respiratórias causadas pelos incêndios, agravando a crise sanitária e fragilizando ainda mais o bem-estar da sociedade.

Por esse motivo, o governo de Mato Grosso de-

cretou em maio de 2021 emergência ambiental. Além disso, o governador Mauro Mendes (DEM) adiantou o período proibitivo de queimadas na zona rural para 1º de julho a 30 de outubro, como medida preventiva, devido à alta probabilidade de ocorrências no período de estiagem.

Com a determinação, fica proibida qualquer atividade de limpeza de pastagem com o uso do fogo nas áreas rurais. Na zona urbana, as queimadas são proibidas o ano todo. Só nos primeiros cinco meses de 2021,

mais 2.661 focos foram registrados, colocando Mato Grosso como o estado com maior número de focos de calor no país até o momento, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

No ano passado, houve um aumento significativo no número de queimadas no estado se comparado aos anos anteriores. Em setembro do ano passado, por exemplo, foram registrados mais de 69 mil focos, um aumento de 44% em relação a 2019 e de 129% se comparado a 2018.

Levando em consideração o período proibitivo, que iniciou nesta quinta-feira, 1º de julho, e para evitar os grandes incêndios florestais durante o período mais crítico de estiagem, o Corpo de Bombeiros Militar (CBM) vai posicionar equipes em pontos estratégicos nos 141 municípios de Mato Grosso.

Alessandro Borges, comandante-geral do CBM-MT, explica que a corporação pretende intensificar também os trabalhos de combate ao desmatamento ilegal no estado durante este período.

"Não teremos mais nenhum tipo de queima autorizada em Mato Grosso. Portanto, estamos lançando a nossa logística, adquirindo equipamentos, entregando viaturas para distribuir neste grande trabalho integrado com a Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Meio Ambiente, com apoio das Forças Federais", disse.

Os trabalhos no combate ao desmatamento e incêndio têm se intensificado por meio de monitoramento realizado via satélite. As imagens de satélite mostram que o

Centro-Oeste inteiro está seco e corre o risco de novos incêndios florestais. Mato Grosso se divide em vermelho claro, que indica risco alto, e vermelho escuro, risco altíssimo.

Até o momento, mais de R\$ 2,5 milhões foram investidos para conter os índices de queimadas. Mato Grosso inaugurou uma unidade do Corpo de Bombeiros em Pocomé, para atuar em caso de incêndios no Pantanal. Também foram investidos R\$ 3,5 milhões para aquisição de materiais e equipamentos para ações de combate aos incêndios.

PIB NACIONAL

Revisão de dados mostram que o agro mato-grossense faturou 10% a mais no ano passado do que anunciado anteriormente pelo IBGE

MT se consolida como protagonista

Rafael D Marques/Secom-MT



Agronegócio de MT faturou R\$ 149,2 bilhões em 2020, segundo novo levantamento

Valor Bruto da Produção Agropecuária no país, a qual atingiu a marca de R\$ 871,3 bilhões no ano passado. O montante acumulado pelo estado é o equivalente à soma de todos os estados do Centro-Oeste (R\$ 128,4 bilhões).

As principais culturas realizadas no estado são: a soja, milho e algodão. Na pecuária, a produção de bovinos aparece em primeiro, seguido de frangos e suínos. O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP-A) mostra a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária ao longo do ano e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecido.

A participação do agronegócio na economia do país tem se destacado durante esta pandemia. Os estados que têm a atividade como principal fonte de riquezas apresentam

os melhores resultados econômicos.

No 1º trimestre deste ano, o PIB do Brasil cresceu 1,2%, comparado ao período passado (4º trimestre de 2020) e 1% ante o 1º trimestre de 2020. Em valores cor-

rentes, o indicador chegou a R\$ 2,048 tri, valor que representa a soma total dos bens e serviços produzidos no país. Os números foram divulgados pelo IBGE.

"O indicador foi punido pela agropecu-

ária, que, apesar de baixo peso, contribuiu significativamente para o resultado positivo, visto que cresceu 5,2%, quando comparado ao 1º trimestre de 2020. Os serviços, por sua vez, andaram de lado, impac-

tados pelo consumo das famílias, que diminuiu em um ano, pautado, sobretudo, pela redução do auxílio emergencial, alta da inflação e mercado de trabalho impactado", destacaram os analistas do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea).

O resultado nacional fez com que o país voltasse ao nível econômico pré-pandemia e animou os investidores a ponto de elevar as expectativas do PIB para 2021.

"Contudo, vale ressaltar que esta recuperação econômica está atrelada ao controle da pandemia" alerta o Imea.

Em 2020, o PIB nominal do Brasil foi de R\$ 7,4 trilhões. Dentre os setores, a participação do agro foi de 6,8%, a menor. Os destaques ficaram para as atividades de serviços (72,8%), indústria (20,4%) e comércio (13,6%).

Da redação

A participação da agropecuária de Mato Grosso na economia nacional em 2020 foi maior do que a estimada pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Novo levantamento feito Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio-MT (IPF-MT) indica que o faturamento real do estado foi 10% maior que o valor usado de base para o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB-Brasil) no período.

Segundo o instituto estadual, Mato Grosso faturou R\$ 149,2 bilhões ao longo do último ano, valor R\$ 15,9 milhões maior do que foi divulgado anteriormente (R\$ 134,3 bi). Na publicação anterior do resultado, o estado já aparecia em primeiro lugar e a atualização consolida o desempenho, batendo mais um recorde de faturamento.

Os números foram prontamente corrigidos após a identificação do Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio-MT (IPF-MT). "O papel do IPF-MT também é analisar os dados que são apresentados por órgãos para avaliar e colaborar com as informações quando necessário", explicou José Wenceslau de Souza Júnior, presidente da Fecomércio-MT.

Com os dados atualizados, o estado passou a responder por 17,1% do

OTIMISMO

Aumenta a expectativa de crescimento do agro

Da redação

O Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (Ipea) revisou para cima a estimativa para a agropecuária em 2021. A previsão, divulgada neste mês, aponta melhora nos resultados, mas alerta para os impactos da crise hídrica.

De acordo com o instituto, em projeções próprias para a pecuária a partir dos dados da Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, da Produção de Ovos de Galinha e Leite, a estimativa de crescimento do valor adicionado (VA) do setor agropecuário

de 2021 foi revisada de 2,2% para 2,6%.

"Os principais riscos dessa projeção de crescimento estão relacionados à crise hídrica, que pode prejudicar mais que o previsto a produção vegetal, e às incertezas relativas à oferta e à demanda de bovinos", descreve os pesquisadores.

A entidade justifica que a revisão para cima da estimativa para o setor está relacionada à melhora no resultado esperado de itens importantes, tanto na produção vegetal quanto animal. "No que se refere à produção vegetal, estimamos um cresci-

mento de 2,7%, liderado por nova safra recorde de soja. Para a produção animal, estimamos um crescimento de 2,5%, difundido entre todos os segmentos e com destaque para a produção de frango e suínos", pondera.

Conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) a variação na produção de soja em 2021 subiu de 7,3% para uma alta de 9,4%. O crescimento da produção é disseminado entre os principais estados produtores, dentre eles Mato Grosso. A única exceção desse grupo é o estado do Paraná,

afetado pela estiagem no início da safra, que comprometeu o rendimento da soja. O estado tem estimativa de queda na produção de 4,7%.

Já no que se refere a pecuária, embora espere-se uma produção de bovinos mais reduzida, mudaram para estimativas mais positivas para os demais produtos, como aves e suínos, que "mais do que compensaram essa queda". Dessa forma, a produção animal pode dar um salto de crescimento de 1,9% para 2,5%.

"O cenário para o segmento de maior importância no componen-

te, a produção de bovinos, permanece cercada de incertezas. Ainda há uma oferta limitada de animais para abate e a queda no peso total das carcaças abatidas de bovinos veio mais acentuada do que projetávamos inicialmente. Já o abate de frangos e suínos apresentou forte aceleração nos meses de fevereiro e março de 2021. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, o peso total das carcaças de suínos e frangos abatidos cresceu, respectivamente, 8,1% e 7,0% em fevereiro e 12,9% e 8,4% em março", diz o relatório.



BOX PARA BANHEIRO

Qualidade em Vidros!
Segurança, Durabilidade,
Beleza e Conforto.



65.3642-3344

FAÇA HOJE MESMO
O SEU ORÇAMENTO!

SEM INTERNET

Transações via Pix poderão ser feitas offline

Agência Brasil

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, confirmou na última quarta-feira (30) que está em desenvolvimento uma funcionalidade offline para que as transações via Pix possam ser feitas mesmo em locais que estejam sem conexão com a internet. A tecnologia será disponibilizada "em breve", afirmou ele.

Segundo o presidente do BC, há três alternativas em estudo, sendo que a considerada mais segura até o momento é a utilização de um cartão por aproximação que poderá ser carregado pelo usuário. "Vai funcionar como um cartão de ônibus, com uma tecnologia supersegura", afirmou, durante um seminário sobre moedas digitais promovido pela banca Mattos Filhos Advogados.

"Você vai poder usar o cartão no mundo offline e, quando voltar para o mundo online vai poder transferir seu saldo de volta", explicou Campos Neto. Ele destacou o alcance do Pix e apresentou dados que mostram que a nova forma de transferir dinheiro já é utilizada em 60% das transferências no Brasil.

O Pix é um sistema lançado no ano passado pelo Banco Central que permite pagamentos e transferências instantâneas 24 horas, nos sete dias da semana, entre pessoas físicas e jurídicas, por meio de uma chave simples atribuída a cada conta bancária. Tal chave pode ser um número de telefone, CPF ou CNPJ, por exemplo.

Segundo o presidente da instituição financeira, até o momento foram cadastradas mais de 125 milhões de chaves.

ENDIVIDADOS

Número de famílias com dívidas atrasadas há mais de três meses acende alerta e pode comprometer os esforços para recuperação econômica

7 a cada 10 famílias estão devendo



Da redação

A cada 10 famílias brasileiras, sete estavam endividadadas no mês de junho de 2021, aponta pesquisa nacional sobre endividamento e inadimplência do consumidor, divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O cartão de crédito segue como o principal tipo de dívida, apontado em 81,8% da amostra da pesquisa.

O comprometimento das famílias com dívidas pode levar à redução da expectativa de consumo e aumentar o risco de inadimplência no futuro. O cenário atual traz um alerta principalmente aos comerciantes do país.

O percentual de famílias endividadadas chegou a 69,7%, do total da amostra pesquisada. Depois do cartão de crédito, a renda da população está destinada ao pagamento de dívidas acumuladas em cheque especial, cheque pré-datado, créditos consignados e pessoal, cartões de lojas, prestações de carro e casa. Dentro

desse resultado, 14,7% afirmaram que estão muito endividadados, 24,6% se dizem 'mais ou menos' endividadados e 30,4% declaram-se pouco endividadados.

Para José Roberto Tadros, presidente da CNC, o orçamento das famílias na pandemia tem sido diretamente comprometido por fatores extras, como inflação mais elevada e o valor reduzido do auxílio emergencial.

"Ainda que os indicadores de inadimplência se encontrem mais baixos na comparação anual, os números mostram que as famílias têm se endividadado mais ao longo do ano para conseguir manter algum nível de consumo, respaldadas por uma frágil segurança no mercado trabalho, e preços mais altos dos itens de primeira necessidade", aponta.

Quanto ao tempo em que essas famílias estão com contas atrasadas, a situação é alarmante: 61,3% confirmaram atrasos. Do total, 41,8% dos respondentes disseram que possuem contas com mais de 90 dias de atraso. Nesta situação está a maioria das famílias com renda mensal menor, de até 10 salários mínimos (43%). Acima dessa faixa de renda, 35% confessaram ter contas atrasadas há mais de 3 meses.

As famílias com renda até 10 salários mínimos foram as que mais



O percentual de famílias endividadadas chegou a 69,7%, com maior prevalência nas famílias de renda inferior a 10 salários

recorreram ao crédito no mês de junho. Nesta faixa de renda, 70,7% estavam endividadadas, sendo a responsável por puxar o índice para cima. Já no grupo que tem renda acima de dez salários mínimos, o indicador ficou em 65,5%. Em ambas faixas de renda, o resultado do mês de junho foi o maior dos últimos 12 meses.

O endividamento por grupos de renda apresentou novamente tendências semelhantes em junho, com as famílias nos dois grupos de renda atingindo proporções recordes de dívidas.

Iziz Ferreira, economista da CNC responsável pela pesquisa, esclarece ainda que o tempo médio de comprometimento do brasileiro com dívidas tem aumentado. Fatores como juros ainda baixos possibilitam esse cenário, pois favorecem a renegociação de dívidas, além de estimular as modalidades de financiamento com prazos mais longos.

"As dívidas das famílias têm se alongando no período acima de um ano. O crédito vem ajudando o brasileiro, atua na recomposição de renda, mas a cada mês

nós tememos que o orçamento familiar atinja um patamar de dificuldade que impeça ainda mais o consumo e dificulte a reorganização da economia", resume a especialista.

REFLEXO DA PANDEMIA - Apesar da distribuição de renda via auxílio emergencial e do acesso facilitado ao crédito, a renda dos brasileiros segue prejudicada pela pandemia.

Conforme dados da PNAD Contínua, no primeiro trimestre de 2021 as horas efetivamente trabalhadas e a proporção de afastados do tra-

balho não foram afetadas pela segunda onda da pandemia. "Contudo, não foi observada uma continuidade na recuperação dos rendimentos", descreve o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

"Enquanto muitos grupos apresentaram uma queda dos rendimentos efetivos no quarto trimestre de 2020, as quedas foram amplamente generalizadas no primeiro trimestre de 2021, sendo as mulheres e os trabalhadores com mais de 60 anos as exceções", aponta o instituto.

EFEITO PANDEMIA

Internet vira peça-chave no campo

Da redação

A pandemia da covid-19 acelerou a adoção de plataformas e ferramentas digitais nas fazendas mato-grossenses. Seja para comunicação com os colaboradores, acompanhar informações dos mercados ou gerenciar a produção, agricultores de soja e milho do estado ampliaram o uso de espaços digitais em 2020. Plataformas como WhatsApp, Facebook e eventos on-line agora são os principais canais de comunicação.

A procura por novas tecnologias voltadas para a agricultura cresceu no decorrer dessa crise sanitária. De acordo com estudo realizado pelo Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), cresceu o uso de WhatsApp, Facebook e Instagram na pandemia. A pesquisa denominada "O perfil do agricultor mato-grossense na era digital" foi divulgada na última terça-feira (29).

Antes da pandemia, os agricultores, preferencialmente, buscavam informações pelo WhatsApp (27%), participações de feiras agropecuárias (25%), além de outros canais (19%), como portais de notícias, e-mail. Depois da pandemia, houve categorias que perderam destaque ou ganharam mais visibilidade.

A restrição de circulação da população fez com que as tradicionais feiras fossem praticamente suprimidas na pandemia. "Foi a atividade listada que sofreu mais impacto, com consideráveis 97% de queda na sua representatividade", aponta o estudo. No período, sua relevância entre os produtores rurais caiu de 25% (pré-pandemia) para apenas 0,25% de participação.

Essa queda fez com que a utilização de smartphones e computadores aumentassem para evitar o contato entre as pessoas. O WhatsApp,

por exemplo, passou a ser o principal canal de comunicação, com 38% de adesão. No lugar das feiras agropecuárias entraram outras categorias (sites, orientações de vendas, palestras virtuais e uso de e-mails), que representam 23% das preferências. Facebook e Instagram também aumentaram participações em 2%, quando comparado ao período pré-pandemia.

"Cabe salientar que regionalmente a tendência seguiu sem grandes variações entre as categorias listadas. Além do cenário de obtenção de informações tecnológicas ter se modificado devido à pandemia, aumentando a participação de meios virtuais, é perceptível também que a tecnologia se reinventa diariamente em busca de novas tendências para resolver problemas e criar soluções mais rápidas, mais seguras e mais precisas aos produtores", avaliam os autores da pesquisa.

NOVA ERA DIGITAL - Para garantir a continuidade das atividades nas fazendas, os agricultores de Mato Grosso também precisaram aderir a novos sistemas de gestão. Segundo a pesquisa Imea, a crise sanitária acelerou projetos que seriam realizados no futuro. No caso, intensificou-se a união da agricultura, hoje quase totalmente automa-

tizada, com a nova era digital.

"A nossa agricultura de alta precisão exige cada vez conectividade. Além dos maquinários da colheita e plantio, que têm mecanismos de computação muito alto, há a exigência de internet nos campos. Hoje ainda temos dificuldades de acesso", aponta Adryeli Costa, advogada especialista em agronegócio.

O levantamento realizado pelo instituto comprovou que a internet, principal motor para fazer funcionar os novos equipamentos, é precária. Apesar de 86% dos agricultores do estado possuem internet na propriedade, a maioria tem conexão apenas na sede da fazenda (89%). A qualidade do sinal também não é das melhores.

Segundo os agricultores, a internet que chega 61% é do tipo rádio e apenas 5% é 4G. "Mostra que ainda há um caminho longo para que essa internet chegue com qualidade nas fazendas", destaca Daniel Latorraca, superintendente do Imea, que acrescenta que os dados "revelam desafios como a conectividade, os canais de comunicação e oportunidades de melhorias, dados de clima, monitoramento da produtividade, entre outros fatores importantes que ainda precisamos avançar".

RETENÇÃO DE FUNCIONÁRIOS É O MAIOR BENEFÍCIO

Da redação

Dado curioso observado na pesquisa Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea) é que, entre os benefícios da internet nas propriedades rurais, o principal deles é a retenção dos funcionários (22%).

"Os proprietários tiveram que ter internet, pois os trabalhadores só aceitam ficar na sede se tiver internet funcionando para acessar WhatsApp, canais de streaming e manter comunicação", comenta Daniel Latorraca, superintendente do Imea.

Em seguida estão fatores, como o controle dos estoques (18%), monitoramento das operações agrícolas (17%), compras on-line (16%), monitoramento do clima (14%), segurança na fazenda (13%) e outros (0,7%).

"Temos cada vez mais tecnologias embarcadas, mas, infelizmente, não tem conectividade dentro das lavouras. Houve também um aumento de compras on-line, o que muda um pouco o comportamento de antes, em que o agricultor compra seus insumos indo direto na revenda ou outro estabelecimento", avalia o superintendente.

O agricultor mato-grossense já tinha um perfil voltado para as novidades digitais. Segundo os pesquisadores, a ocorrência da pande-

mia apenas acelerou a procura. As entrevistas, realizadas em agosto de 2020, epicentro da crise sanitária, mostraram que, naquele momento, 63% dos participantes afirmaram que não incluíram novas tecnologias, contra 16% que disseram sim.

Desse resultado, os pesquisadores concluíram que o movimento de adoção de novas tecnologias e de internet nas propriedades rurais trata-se de um movimento estrutural: o interesse ou a aquisição de ferramentas mais avançadas já existiam.

"O produtor não mudou sua propriedade, ele acelerou o que estava para ser mudado", conclui Daniel.

Perfil dos entrevistados - A pesquisa contou com a participação de 470 agricultores mato-grossenses, que cultivam uma área total de 901 mil hectares de soja no estado, o que representa 9% da área estadual desta cultura em 2020. De maneira geral, a pesquisa abrangiu um total de 80 dos 141 municípios do estado.

No que tange ao tamanho da área, a amostra foi feita em propriedades a partir de 500 e acima de 10 mil hectares. A maioria concentrou no intervalo de produtores com área entre 1.501 e 3.000 hectares, a média de área por produtor no estado.

• Atas
• Editais
• Extravios
• Balanços
• Estatutos
• Convocações
• Regulamentos
• Avisos de licitações

Suas Publicações Legais é aqui na Publicar

65-99228-9990